

COMPARABILIDADE DA MENSURAÇÃO DAS PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO DAS COMPANHIAS ABERTAS LISTADAS NA B3: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS ÍNDICES T E H

COMPARABILITY OF THE MEASUREMENT OF INVESTMENTS PROPERTIES OF PUBLIC THE OPEN COMPANIES LISTED ON B3: AN ANALYSIS UNDER THE OPTICS OF T AND H

EMANUELLE FRASSON GUIMARÃES

Universidade Federal de Santa Catarina. **Endereço:** Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, Trindade | 88040-900 | Florianópolis/SC | Brasil.

<http://orcid.org/0000-0002-3617-9968>

E-mail: emanuellef@hotmail.com.br

SULIANI ROVER

Universidade Federal de Santa Catarina. **Endereço:** Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, Trindade | 88040-900 | Florianópolis/SC | Brasil.

<http://orcid.org/0000-0001-8612-2938>

E-mail: sulianirover@gmail.com

RESUMO

As normas internacionais simbolizaram o início da harmonização dos padrões contábeis, que inclui, entre outras características qualitativas, a comparabilidade das informações contábeis. O CPC 28 (2009) permite escolhas contábeis entre o método de custo e o de valor justo na mensuração das propriedades para investimento (PPI). O objetivo geral deste artigo é verificar o nível de comparabilidade da mensuração após o reconhecimento inicial das PPI das companhias abertas listadas na B3. A amostra é composta pelas 91 empresas que apresentaram saldo de PPI em 2015. Os dados foram coletados nas demonstrações financeiras padronizadas e nas notas explicativas. Para verificar o nível de comparabilidade, foram utilizados o índice H introduzido por Van der Tas (1988) e o índice T proposto por Taplin (2004). Os resultados mostraram que 40% das empresas optaram pelo método de custo, 36% pelo método de valor justo, e 24% não divulgaram o método utilizado. Adicionalmente, observou-se que 58% das empresas optantes pelo método de custo divulgaram o valor justo. Quanto à análise de comparabilidade verificou-se um nível médio para a amostra, de acordo com a primeira abordagem dos índices T e H, porém com valores bem próximos a um nível baixo.

Palavras-chave: Comparabilidade. Escolhas Contábeis. Propriedades para Investimento.

ABSTRACT

The international standards symbolized the beginning of the harmonization of accounting standards, which includes, among other qualitative characteristics, the comparability of accounting information. The CPC 28 (2009) allows for accounting choices between the cost and fair value method in the measurement of Investment Property (PPI). The general objective of this article is to verify the level of comparability of the measurement after the initial recognition

Artigo apresentado no 15º ECECON – Encontro Catarinense de Estudantes em Ciências Contábeis (2017), 3º colocado.

Submissão em 04/10/2017. Revisão em 07/02/2018. Aceito em 06/05/2018.

Conforme a Tabela 8, verifica-se que os setores de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Tecnologia da Informação e Telecomunicações apresentaram frequência relativa nula para o método não divulgado e um nível total de comparabilidade já que as empresas concentraram-se em apenas um dos métodos possíveis para mensuração das PPI. Os setores de Saúde e Utilidade Pública retrataram as maiores concentrações de frequência para o método não divulgado e frequência nula para o método do valor justo, além de um nível de comparabilidade médio (0,56). Todas as empresas pertencentes ao setor de Consumo Não Cíclico divulgaram por qual método optaram na mensuração das PPI, e o valor do índice H apontou um nível médio de comparabilidade para o setor. Os valores de H2 para empresas integrantes dos setores Financeiro e Outros, Consumo Cíclico e Materiais Básicos retrataram um nível baixo de comparabilidade entre as demonstrações contábeis de cada setor.

A Tabela 9 apresenta as três abordagens do índice T e as duas abordagens do índice H para a amostra que abrange 91 empresas. A escala de comparabilidade utilizada está presente nos estudos de Souza *et al.* (2015) e Souza *et al.* (2013).

Tabela 9
Índice T e H da Amostra

Amostra / Índice	T1	Nível	T2	Nível	T3	Nível	H1	Nível	H2	Nível
91 empresas	0,50	Média	0,71	Alta	0,29	Baixa	0,50	Média	0,35	Baixa

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

A primeira abordagem do índice T, que desconsidera para a base de cálculo as empresas que não divulgaram o método contábil de mensuração das PPI, indica um nível médio de comparabilidade, porém com valor bem próximo ao de uma comparabilidade baixa. Como o estudo utilizou empresas de um único país, e a primeira abordagem do índice H também exclui o *non-disclosure* no cômputo, os valores de T1 e H1 mostraram-se iguais. A interpretação desses índices pode ser feita de forma que, se forem escolhidas duas empresas aleatoriamente, há 50% de chance de elas adotarem o mesmo método contábil.

A segunda abordagem do índice T, que inclui todas as empresas da amostra independentemente da não divulgação, revela um alto nível de comparabilidade, e a terceira abordagem (0,29) revela um nível baixo de comparabilidade. Já a segunda abordagem do índice H, que também inclui todas as empresas da amostra, revelou uma comparabilidade baixa por meio do valor de 0,35.

5 CONCLUSÕES

As normas internacionais (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), representaram o ponto de partida para o processo de harmonização dos padrões contábeis, visando atender ao crescimento dos mercados de capitais e, conseqüentemente, à exigência por informações cada vez mais relevantes para a tomada de decisão dos usuários.

Uma das características qualitativas que fornecem maior relevância e utilidade às informações contábeis é a comparabilidade, permitindo a comparação de informações entre entidades diferentes ou entre a mesma entidade em períodos de tempo distintos. Assim, a existência de escolhas contábeis, também conhecidas como *accounting choices*, pode influenciar negativamente a qualidade da informação.

As propriedades para investimento – regulamentadas pelo Pronunciamento Técnico 28 (CPC, 2009) – são aquelas mantidas para aluguel e/ou valorização de capital e caracterizam-se como um dos casos de escolhas contábeis permitidas pelas normas internacionais. Por meio do questionamento da influência que métodos alternativos de contabilização podem ter sobre a característica de comparabilidade, o estudo teve como objetivo verificar o nível de comparabilidade da mensuração após o reconhecimento inicial das PPI das companhias abertas listadas na B3. A amostra foi composta por 91 empresas listadas em dez setores distintos da B3, que representam aquelas com saldos de PPI no exercício social de 2015 dentre uma população de 457 empresas.

Buscando atingir o objetivo específico (i) para identificar o método utilizado na mensuração das PPI, verificou-se que a maioria das empresas aplica o método de custo (40%), porém com pouca diferença para o método de valor justo (33%), e que grande parte não divulga o método contábil utilizado (24%), desobedecendo a uma das obrigações de divulgação, conforme o CPC 28 (2009).

Os resultados encontrados em relação à predominância do método de custo na mensuração posterior ao reconhecimento inicial das propriedades vão ao encontro dos estudos de Costa *et al.* (2013), Andrade *et al.* (2013) e Botinha e Lemes (2016). Além disso, observou-se que 100% do setor de Telecomunicações – apesar de incluir apenas uma empresa – adotou o método de custo, validando o artigo de Botinha e Lemes (2016), que verificou a redução da probabilidade de uma empresa aplicar o valor justo se pertence ao setor de Telecomunicações.

Por meio da investigação do objetivo específico (ii), constatou-se que, dentre as 36 empresas pertencentes à amostra que aplicaram o método de custo na mensuração das PPI, 58% divulgaram o valor justo para atender à finalidade de divulgação prevista no CPC 28 (2009). As empresas dos setores de Bens Industriais, Materiais Básicos, Saúde, Tecnologia da Informação e Telecomunicações atenderam 100% à finalidade de divulgação do valor justo, enquanto as empresas do setor de Consumo Cíclico foram as que apresentaram menor índice de divulgação (20%). Dessa forma, os dados são próximos aos encontrados por Botinha e Lemes (2016): 55% das empresas respeitaram a finalidade de divulgação do valor justo. Costa *et al.* (2013) concluíram que 68% das empresas optantes pelo método de custo divulgaram o valor justo, um índice maior do que o verificado neste estudo.

Para atingir o objetivo específico (iii), ou seja, analisar o nível de comparabilidade das companhias abertas listadas na B3, foram utilizadas as três abordagens do índice T de harmonia, proposto por Taplin (2004), e duas abordagens do índice H, introduzido por Van der Tas (1988). A amostra em geral apresentou um nível médio de comparabilidade na primeira abordagem dos dois índices que desconsidera as empresas que não divulgaram o método, porém com valor bem próximo a um nível baixo. A interpretação de T1 e H1 (0,50) pode ser feita de maneira que, se duas empresas forem selecionadas aleatoriamente, há 50% de chance de elas adotarem o mesmo método contábil. Em relação à segunda abordagem do índice T, que inclui todas as empresas, registrou-se uma comparabilidade alta, e a terceira uma comparabilidade baixa. Quanto à segunda abordagem do índice H, foi revelada uma comparabilidade baixa. O estudo corrobora a pesquisa de Souza *et al.* (2015), que verificou um grau médio de comparabilidade nas empresas brasileiras quanto à mensuração das PPI. Destaca-se que, para a presente pesquisa, como não se busca verificar o nível de comparabilidade entre países, o índice H fornece os subsídios necessários.

Conclui-se que, apesar da adoção das normas internacionais IFRS no Brasil por meio da Lei nº 11.638/2007 e do processo de harmonização dos padrões contábeis, algumas empresas pertencentes à B3 ainda não respeitam o Pronunciamento Técnico 28 (2009) em sua totalidade, não divulgando o método de mensuração das PPI ou até mesmo não atendendo à finalidade de divulgação do valor justo. Além disso, alguns setores apresentaram um nível alto de comparabilidade observado pelo índice T, porém os dois setores com maior número de empresas apresentaram um nível médio muito próximo a um nível baixo.

Nesse aspecto, concordando com o estudo de Costa *et al.* (2013), identifica-se um problema de comparabilidade das informações contábeis, uma vez que o nível de conformidade de divulgação, conforme o CPC 28 (2009), ainda não atingiu sua totalidade, e empresas de mesmos setores apresentam diferentes escolhas contábeis na mensuração das PPI. Além disso, assim como destacado no estudo de Silva *et al.* (2014), foram encontradas dificuldades de evidenciação dessas propriedades em demonstrações e notas explicativas, prejudicando a tomada de decisão de usuários da informação contábil.

O artigo apresentou como limitações o ano de análise das demonstrações financeiras padronizadas das empresas da B3, a aplicação de dois índices de comparabilidade e a verificação de apenas dois itens obrigatórios de divulgação, conforme o CPC 28 (2009). Recomenda-se, assim, para estudos posteriores, a ampliação do período de estudo, a aplicação de outros índices de comparabilidade ou modelos estatísticos e a verificação de outros itens obrigatórios para a conformidade segundo o CPC 28 (2009).

REFERÊNCIAS

- Andrade, M. E. M. C., Silva, D. M. da, & Malaquias, R. F. (2013). Escolhas contábeis em propriedades para investimento. *Revista Universo Contábil*, 9(3), 22-37.
- Araújo, T. S., Souza, F. Ê. A., & Lemes, S. (2015). O impacto das escolhas contábeis na comparabilidade das demonstrações financeiras de companhias abertas com programa de fidelização de clientes. *REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 5(2), 43-61.
- Botinha, R. A., Santos, C. K. S., & Lemes, S. (2013). O uso das escolhas contábeis na mensuração do ativo biológico: um estudo comparativo entre companhias abertas brasileiras. *Anais do Seminários em Administração*, São Paulo, Brasil, 16.
- Botinha, R. A., & Lemes, S. (2016). Escolha do uso do valor justo para propriedades para investimentos: uma influência das características de empresas listadas na BM&FBovespa e na NYSE. *Advances in Scientific & Applied Accounting*, 9(1), 22-40.
- Cairns, D., Massoudi, D., Taplin, R., & Tarca, A. (2011). IFRS fair value measurement and accounting policy choice in the United Kingdom and Australia. *The British Accounting Review*, 43(1), 1-21.
- Coelho, L. V., Campagnoni, M., & Rover, S. (2016). Nível de comparabilidade das práticas contábeis dos estoques de empresas do ramo varejista listadas na BM&FBovespa. *Anais do Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade da UFRGS*, Porto Alegre, RS, Brasil, 1.
- Cole, V., Branson, J., & Breesch, D. (2008). An analysis of methods to measure the comparability of the consolidated financial statements of the European listed companies from the viewpoint of user. *Accountancy & Bedrijfskunde*, 28(3), 1-31.
- Cole, V., Branson, J., & Breesch, D. (2009). How to measure the comparability of financial statements?. *International Journal of Managerial and Financial Accounting*, 1(4), 379-397.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2009). *Pronunciamento Técnico CPC 28: Propriedade para Investimento*. Recuperado em 15 dezembro, 2016, de <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=59>
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2011). *Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. Recuperado em 25 novembro, 2016, de <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>
- Costa, T. D. A., Silva, A. H. C., & Laurencel, L. D. C. (2013). Escolha de práticas contábeis: um estudo sobre propriedades para investimento em empresas brasileiras não financeiras de capital aberto. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 7(18), 25-36.
- Fearnley, N., & Gray, S. (2015). National institutional factors and IFRS Implementation in Europe: The case of investment property companies. *International Journal of Accounting and Information Management*, 23(3), 271-288.
- Fields, T. D., Lys, T. Z., & Vincent, L. (2001). Empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1), 255-307.

- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6a ed. p. 28). São Paulo: Atlas.
- Kolozsvári, A. C., Marques, J. A. V. D. C., & Macedo, M. A. D. S. (2014). Escolhas contábeis: análise dos efeitos da mensuração a custo ou a valor justo das propriedades para investimento sobre o desempenho reportado no segmento de exploração imobiliária. *Pensar Contábil*, 16(61), 18-27.
- Kwinto, P. P., & Voss, G. (2016). Investment Property in the Financial Statements of Capital Groups Listed on the Warsaw Stock Exchange. *European Journal of Economics and Business Studies*, 4(1), 229-236.
- Martins, G. D. A., & Theóphilo, C. R. (2009). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas* (2a ed.). São Paulo: Atlas.
- Pereira, A. F. (2013). *Determinantes na escolha do valor justo para propriedades para investimento no Brasil*. São Paulo. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo Brasil. Recuperado em 15 janeiro, 2017, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-25032013-161045/pt-br.php>
- Pinto, M. J. T., Martins, V. A., & da Silva, D. M. (2015). Escolhas contábeis: o caso brasileiro das propriedades para investimento. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(69), 274-289.
- Silva, J. D., Fonseca, L. D. M., & Nogueira, D. R. (2014). Nível de conformidade do pronunciamento CPC 28: uma análise nas companhias abertas brasileiras. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 13(40), 54-66.
- Souza, F. E. A., Silva, M. H., & Costa, P. S. (2013). A comparabilidade das escolhas contábeis na avaliação de ativos intangíveis de companhias abertas brasileiras. *Anais do Seminários em Administração*, São Paulo, Brasil, 16.
- Souza, F. E. A., Botinha, R. A., Silva, P. R., & Lemes, S. (2015). A comparabilidade das escolhas contábeis na avaliação posterior de propriedades para investimento: uma análise das companhias abertas brasileiras e portuguesas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(68), 154-166.
- Souza, F. E. A., Silva, M. H., & Rech, I. J. (2015). O impacto das escolhas contábeis na comparabilidade dos ativos imobilizados de companhias abertas no Brasil. *Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe)*, 13(3), 93-110.
- Souza, F. E. A., & Lemes, S. (2016). A comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de propriedades para investimento em empresas da América do Sul. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27(71), 169-184.
- Taplin, R. H. (2004). A unified approach to the measurement of international accounting harmony. *Accounting and Business Research*, 34(1), 57-73.
- Taplin, R. H., Yuan, W., & Brown, A. (2014). The use of fair value and historical cost accounting for investment properties in China. *Australasian Accounting Business & Finance Journal*, 8(1), 101-113.
- Thomaz, J. L. P., Kronbauer, C. A., & Schneider, L. C. (2015). Estudo das normas e práticas contábeis adotados pelas empresas industriais do Mercosul e Comunidade Andina: convergência referente a mensuração e evidenciação das propriedades para

- investimento. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 19(3), 2-18.
- Van der Tas, L. G. (1988). Measuring harmonisation of financial reporting practice. *Accounting and business research*, 18(70), 157-169.
- Vaz, A. C., Gonçalves, R. S., Niyama, J. K., & Gonçalves, A. O. (2010). Análise comparativa sobre informações voluntárias divulgadas: o social disclosure das empresas latino-americanas listadas na Nyse. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 4(1), 38-59.
- Watts, R., & Zimmerman, J. (1986). Teoria contábil positiva. Recuperado em 15 janeiro, 2017, de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=928677